

A SERVIDÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA AOS INTERESSES MERCANTIS: ANÁLISE EM TRÊS MUNICÍPIOS DO PARÁ

PUBLIC EDUCATION SERVITUDE TO MARKET INTERESTS: AN ANALYSIS OF THREE CITIES IN PARÁ STATE

Cassio Vale 1
Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos 2
Antonio Sousa Alves 3

Resumo: O artigo tem o objetivo de analisar as estratégias que os empresários vêm utilizando, via parcerias público-privadas, para definir o padrão de excelência em educação no estado do Pará, em particular por meio do Instituto Ayrton Senna (IAS). A pesquisa bibliográfica e documental permitiu compreender como se firmou a parceria nos municípios de Altamira, Benevides e Santarém, em que o início da celebração do contrato é bastante similar, porque apenas o gestor municipal decide pela parceria e se submete a todas as imposições do setor privado, representado pelo Instituto. A partir do conjunto das análises realizadas, identificou-se que houve a introdução da lógica perversa mercantil nas escolas públicas dos municípios parceiros do IAS, com ideais falaciosos de meritocracia e de autorresponsabilização dos alunos e professores pelo sucesso do trabalho pedagógico e de competição por notas entre escolas, demonstrando que o setor público ficou subserviente às orientações do setor privado.

Palavras-chave: Educação paraense. Parceria público-privada. Instituto Ayrton Senna.

Abstract: The paper aims to analyze strategies company owners have been deploying through public-private partnerships in order to define a excellence pattern in education in Pará state, Brazil, especially in the case of Ayrton Senna Institute (IAS). Bibliographic and document analysis allowed us to understand how such a partnership has been established in Altamira, Benevides e Santarém, cities where the start of conclusion of the contract is quite similar, due to the city manager deciding for the partnership and for the submission to the demands posed by the private sector, as it is embodied by the Institute. From the carried out analyzes, it was possible to identify the introduction of a perverse market-driven logic in public schools in the cities partnered with the IAS. There were the misleading ideas of meritocracy and self-responsibilization of students and teachers in the success of pedagogical work and competition between school for notes, which shows how the public sector has become subservient to the private sector principles.

Keywords: Pará state education. Public-private partnership. Ayrton Senna Institute.

Doutorando em Educação (UFPA). Mestre em Educação (UFPA). 1
Professor externo da UFPA. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3999755289326490>.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8956-4536>
E-mail: cassiovale07@yahoo.com.br

Pós-doutorado pela Universidade de Aveiro/Portugal. Doutora em 2
Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba. Professora titular da
UFPA. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9502681594591950> Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8451-3505> E-mail: tefam@ufpa.br

Doutor em Educação (UFPA). Mestre em Educação (UFPA). Professor 3
da Uemasul. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4837741521158774> Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3020-5544> E-mail: asalves2@gmail.com

Introdução

As relações público-privadas na educação brasileira desde a redemocratização do País seguem uma tendência internacional de intensa participação de empresários atuando junto ao Estado na condução de políticas e projetos direcionados para melhoria do cenário educacional que na lógica do mercado se traduz em índices elevados mensurados via avaliações em larga escala, *rankings*, exames, olimpíadas estudantis e outras formas cuja competição entre os alunos, em geral, no discurso empresarial e assumido pelo Estado serve para verificar quem são os “melhores” e aqueles que precisam de reforço para que haja um nivelamento. Isso faz parte de um projeto neoliberal disseminado em âmbito internacional nos anos 1970 tendo seu ápice na década seguinte.

Como parte do projeto neoliberal, lançou-se, na década de 1980, um conjunto de ideias-chave com destaque para: a fragmentação das políticas estatais protecionistas, de modo a facilitar a livre movimentação do comércio, das finanças e do trabalho através das fronteiras nacionais (conhecida como desregulação); a implementação de políticas de concorrência entre os setores público e privado destinadas à criação de eficiência; a privatização de uma série de antigas atividades estatais e seu redimensionamento (ROBERTSON E VERGER, 2012, p.1113).

Público e privado se imbricam fortemente por meio de parcerias¹ e disputas cada vez mais acirradas por recursos, domínio, controle das ações e, em especial, pela concepção de educação enquanto direito defendido pelo setor público e pelos setores sociais mais progressistas e como um serviço que pode ser comercializado amplamente propagado pelos empresários, que a entendem na perspectiva do mercado.

No Brasil, essa relação se estreita por meio de um instrumento intitulado “Plano de Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE)” aprovado em 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995 – 2002), em que a gestão por resultados (centrada no produto) que é própria das empresas privadas foi incorporada oficialmente pelo Estado, como sendo a mais eficiente para conduzir os problemas sociais e fazer com que os investimentos públicos na área social (saúde, educação, trabalho, etc) pudessem surtir efeitos positivos que seriam traduzidos em números, o que inclui a educação e o discurso à época era que a gestão gerencial romperia com o paradigma dos tipos de gestão pública, que em geral, são ineficientes e vulneráveis. Para convencer a população de que essa nova proposta de gestão era a melhor para o Brasil houve contestação das formas anteriores de gerir, sejam elas autoritárias, burocráticas e até mesma a gestão democrática na educação aprovada na Constituição Federal Brasileira em 1988, no seu Art. 206.

A lógica gerencial ganhou espaço na esfera pública e as parcerias público-privadas foram tidas como essenciais para a nova proposta de educação brasileira, o que foi amparada ainda mais pela lei nº 13.079 de 2004 no governo Lula (2003 – 2010) que estabeleceu normas gerais para as parcerias, inclusive, ampliando os setores de atuação dos empresários junto ao Estado e assim é possível perceber que independente do governante e/ou partido político que está no poder, os empresários cada vez mais começam a ditar os rumos da política educacional, na mesma perspectiva do cenário internacional em cujo âmbito local, o estado Pará, aqui estudado com maior destaque, segue a mesma receita da falácia de que os empresários possuem as melhores estratégias para otimizar o cenário da educação que há anos está entre os piores indicadores nacionais (GOMES, 2016).

Exemplo dessa atuação no estado paraense é do Instituto Ayrton Senna (IAS) fundado no ano de 1995, em Londres, e trabalha em parceria com Prefeituras de todo o País apresentando propostas de soluções educacionais por meio de manuais com foco na distorção idade-ano e, conseqüentemente, melhoria dos indicadores educacionais (<https://institutoayrton-senna.org.br/pt-br.html>).

1 Segundo a lei nº 11.079/2004 as parcerias público-privadas são acordos celebrados entre o setor público e a iniciativa privada em nome de um bem comum.

Objetivamos neste trabalho analisar as estratégias que os empresários vem utilizando, via parcerias público-privadas, para definir o padrão de excelência em educação no estado paraense, em particular, por meio do IAS. Para isso, faremos interlocuções, em especial, com autores de pesquisas que discutem a participação dos empresários na educação brasileira como Freitas (2014), Mendes e Peroni (2020) e do caso específico analisado que o IAS como Pojo (2014), Lopes (2013) e Gutierrez (2010).

Princípios empresariais incorporados nas políticas públicas educacionais

Como já frisado, neste texto, os empresários brasileiros desde os anos 1990 vem atuando de diversas formas na educação pública, em especial, por meio de parcerias com o setor público em que introduzem sua lógica assumindo uma pauta dos educadores de qualidade, mas em uma vertente mercantil. Falamos que é uma vertente diferente daquela defendida por nós educadores, porque os pontos de debates são similares como: educação de qualidade social, formação de professores, merenda escolar, infraestrutura entre outras questões, que a nosso ver podem ser melhoradas, por meio de políticas públicas eficientes orientadas por especialista da área. Entretanto, o que vemos, em grande parte, são empresários tidos com especialistas no setor educacional sem formação e vivência na educação, que possuem, no máximo, conhecimentos práticos sobre as técnicas de gestão empresarial, que podem não representar os anseios no âmbito mais geral de um processo pedagógico de formação humana que se materializa no cotidiano escolar e não por receitas e manuais como o setor empresarial propaga.

Os empresários e seus apoiadores defendem uma versão instrumentalizada de educação a qual disfarçam muito bem com bandeiras como “primeiro o básico”, “os direitos da criança têm que vir primeiro”, etc. Coisas com as quais nós até podemos concordar, mas sob outra concepção. Os educadores querem uma educação de qualidade social, voltada para os valores, para a formação humana ampla e entendem que a educação não é matéria para ser privatizada, pois é um bem público. Como tal, não pode ser entregue ao controle de um setor da sociedade, os empresários. Isso não é democrático – mesmo no quadro de dificuldades pelas quais passa a escola pública (FREITAS, 2014, p.51).

A defesa do bem público deve ser uma bandeira constante dos educadores independente se sua formação foi em universidade pública ou privada já que a oferta desta última é um direito constitucional com a qual concordamos. Nossa defesa do bem público e da educação pública é na perspectiva de Arednt (2007), quando apresenta que polis (público) é um mundo comum a todos, a quem desejar ter acesso com vez e voz independente de sua raça, cor ou classe social. Seu sentido de público é aquele enquanto direito inegável que deve ser garantido pelo Estado com chances de desigualdade menores de existir, o que seria diferente se houvesse apenas a propriedade privada cujo dono da propriedade dita as regras.

Além disso, quando há o repasse do controle parcial ou total da educação básica para o setor empresarial seja pelo controle, direção ou avaliação o sentido público de educação é fragilizado porque a propriedade pode deixar de ser um bem comum sem acesso a todos e o que consideramos mais grave é a perda de concepção de comunidade que a educação pública tem. Os processos avaliativos no interior da escola e fora dela são de extrema importância para apresentar alguns elementos balizadores de políticas, mas não devem ser o único parâmetro já que no bem comum deve haver outras preocupações tão ou até mais importantes do que os indicadores que são os aspectos de formação humana como sensibilidade, empatia, senso crítico da realidade e tantos outros que num bem comum (público) pensamos que é um ambiente mais propício para o desenvolvimento desses aspectos que muitas vezes não podem ser mensurados quantitativamente (VALE, 2017).

Reiteramos que a lógica do bem comum na educação básica precisa ser defendida constantemente porque ao ter sua condução sendo feita por empresários via parcerias os aspectos da concepção de comum a todos fica em segundo plano na medida em que o empresário com sua lógica mercantil antecipa fases do ensino superior e do mercado de trabalho para os anos iniciais da educação básica que deve ser enfatizado os conteúdos sistematizados porque essa é a função primordial da escola, mas pelo fato de não ser um espaço isolado da sociedade não se pode ficar alheia aos aspectos de formação humana que devem ser previstos num projeto político-pedagógico elaborado de forma coletiva, cujo material em muitas situações é substituído por um manual elaborado por empresários para um determinado de projeto de sociedade que desconsidera a pluralidade de ideias e de regiões.

As parcerias público-privadas na educação básica quando são celebradas de forma verticalizada com imposição às escolas tendem a introduzir uma lógica de mercado que não leva em consideração processos distintos de aprendizagem com sujeitos e ritmos distintos. Mais do que isso, a lógica do mercado que é posta na escola pode ser prejudicial para o bem comum porque aqueles menos favorecidos economicamente passam a não se reconhecer sujeitos de um espaço comum e farão de tudo para estar no mundo com boas condições de infraestrutura, lazer e demais itens de uma classe dominante que ele ainda não faz parte. Não negamos esse direito a ninguém e que bom seria se todos tivéssemos acesso a tudo de mais moderno que existe para um aprendizado significativo, mas não é a realidade da maioria da sociedade brasileira e a lógica empresarial faz com que o aluno acredite que só depende dele, de seus esforços, de sua meta, de deixar de dormir e passear para estudar, que o mercado de trabalho está com vagas disponíveis esperando os melhores profissionais numa falácia neoliberal onde o desemprego faz parte do sistema.

Em nome de um padrão de excelência em educação os empresários usam sua lógica própria em um espaço que deveria ser comum a todos, o público. Daí nossa inquietação da forma como algumas parcerias são firmadas porque pode ocorrer um processo de privatização da educação básica pública em que o “privado assume o conteúdo da educação com pautas como o individualismo, a competição, a meritocracia” (MENDES e PERONI, 2020, p.68).

Nesse viés, apresentamos a seguir, o exemplo de parcerias público-privadas firmadas entre o IAS e três Prefeituras paraenses que são Benevides, Santarém e Altamira.

O Caso do Instituto Ayrton Senna no estado do Pará

O IAS foi fundado pela irmã mais velha do ex-piloto Viviane Senna Lalli que é psicóloga e empresária junto com mais dois empresários que são: Milton Guirado Theodoro da Silva (atualmente representado pela empresária Neyde Joanna Senna da Silva) e Leonardo Senna da Silva e segundo seu Estatuto Social o mesmo tem sua sede na cidade de São Paulo – SP e prazo de duração indeterminado. Além disso, o Instituto se configura como

Associação civil de interesse filantrópico, sem finalidades lucrativas, sem qualquer vinculação política ou partidária, que atua na área da assistência social mediante realização de ações de atendimento, assessoramento e de defesa e de garantia de direitos, visando o desenvolvimento das crianças, jovens e cidadãos através da implementação de metodologias educacionais e fomento de ações voltadas para a defesa dos direitos humanos (IAS, 2016, p.3).

Ainda, segundo o Estatuto, a manutenção do Instituto e de seu patrimônio se farão por receitas constituídas de:

- a) Contribuição dos sócios;
- b) Doações, auxílios, legados, direitos ou créditos e outras aquisições proporcionadas por quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
- c) Eventuais rendas provenientes de bens ou de contratos de prestação de serviços e/ou de licenciamentos;
- d) Subvenção dos poderes públicos federal, estadual e municipal;

- e) Contribuições de bens móveis e imóveis;
- f) Receitas de patrocinadores de eventos promovidos pelo Instituto, de que este faça parte ou não;
- g) Quaisquer outras receitas decorrentes de atos lícitos e compatíveis com a finalidade do Instituto e com este Estatuto Social.

Assim, é possível verificar que o IAS realizará suas ações educacionais dependendo, em grande parte, do auxílio financeiro dos parceiros que o manterá porque ele não se auto sustenta mesmo com os eventos que poderá realizar para angariar fundos, de modo que é a parceria com entes públicos e privados que mantém o Instituto e, segundo, o Artigo 15 do Estatuto, especialmente, nos parágrafos 2 e 3 é facultada a remuneração de qualquer membro da Diretoria que atue efetivamente na gestão e administração do Instituto sendo que a remuneração será sempre deliberada em Assembleia Geral.

Para subsidiar a análise de como se configurou a relação entre o público (Prefeituras) e o privado (Instituto Ayrton Senna), no Estado do Pará, foram escolhidas três teses de Doutorado que debateram a atuação do Instituto na educação paraense, que são: “A municipalização do ensino no município de Altamira-PA e suas implicações para a democratização educacional” de Dalva Valente Guimarães Gutierrez (2010) apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, “O Programa Gestão Nota 10 do Instituto Ayrton Senna e a educação em Santarém – PA” de Walter Lopes de Sousa (2013) e “A parceria público-privada do Instituto Ayrton Senna e a Prefeitura Municipal de Benevides – PA: entre os desafios (pro)postos e os limites da realidade” de Oneide Campos Pojo (2014) ambas apresentadas ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Pará.

Ressaltamos, ainda, que há diversas teses e dissertações sobre a atuação do IAS na educação, mas as três foram selecionadas intencionalmente porque dentro de nossas buscas foram as mais atuais após o ano de 2010 e as que se debruçaram, particularmente, no caso do Estado do Pará que é o foco deste artigo.

Gutierrez (2010) informa que a parceria em Altamira – PA se iniciou de maneira centralizadora por intermédio do prefeito recém-eleito à época que participou do Seminário de Gestão Municipal e Escolar promovido pelo Instituto que inicialmente executaria no município o Programa Escola Campeã². Vários prefeitos participaram desse seminário onde eram cobrados vários documentos dos interessados em realizar parcerias, que seriam feitas via seleção.

É possível perceber que desde o início, o setor público é que precisa se adequar às normas estipuladas pelo privado porque foi o Instituto quem ditou as regras do jogo para que o Município fosse escolhido e pudesse implantar seus programas de soluções educacionais.

Foi solicitado alguns documentos como condição para a possível seleção: a) Carta de Adesão e compromisso ao Programa, na qual o prefeito deveria manifestar compromisso com a orientação do Programa; b) Documento que expressa a concordância do prefeito em escolher o Secretário Municipal de Educação e o Gerente do Programa de Gestão de acordo com o perfil estipulado pelo IAS; c) Diagnóstico da educação no município[...]. Importa destacar ainda que o prefeito concordou com as condições advindas do IAS para que se desse a parceria (GUTIERRES, 2010, p, 207-208).

Além das exigências de documentos aos municípios, que quisessem a parceria com o Instituto, o que chama atenção é o perfil de gestor estipulado pelo IAS que vai desenhando na parceria a forma como conduzirá a educação no município, ou seja, dá a impressão que tudo antes realizado deu errado e a partir do “passo a passo” descrito é que se verá algum resultado de tantos investimentos educacionais. A gestão é foco das ações desenvolvidas no município e o setor público aí tem que se enquadrar e apresentar um profissional que possua as caracterís-

² “É um programa de gestão educacional, criado em parceria pelo Instituto Ayrton Senna e a Fundação Banco do Brasil com o objetivo de superar o fracasso escolar, a evasão e a repetência e o analfabetismo através de uma gestão escolar eficiente” (HATTEG, 2007, p.7).

ticas de um gestor eficiente que foram pré-estabelecidas pela entidade privada.

O prefeito também expressava em cartas separadas sua concordância em escolher o Secretário Municipal de Educação e o Gerente do Programa de Gestão levando em conta as características que compunham o perfil exigido pelo IAS. A exigência comum era de que todos os escolhidos para ambos os cargos apresentassem: Escolaridade e cultura compatível com o cargo; respeitabilidade entre os munícipes; conhecimentos de informática [...] (GUTIERRES, 2010, p. 208).

Gutierrez (2010) destaca que o IAS passou a influenciar diretamente na gestão da educação municipal, dificultando a democratização das relações porque o Secretário Municipal deveria ser efetivamente uma espécie de preposto na execução das ações do programa, definidas pelo prefeito que firmou diretamente a parceria com o Instituto e se submeteu às suas exigências. Percebemos que o setor público na figura do prefeito se mostrou mais preocupado em atender ao que era solicitado pelo privado do que realmente beneficiar, em tese, os que o elegeram.

Em suma, a Prefeitura disponibilizava toda a estrutura física, os recursos humanos e financeiros para que o IAS somente viesse gerir de maneira “eficiente” o processo educacional no Município. Consideramos que, em uma relação de parceria, todos os parceiros deveriam sair ganhando, mas o público perdeu sua autonomia na escolha dos gestores ao se submeter ao que foi pedido pelo Instituto, arcou com os custos da parceria e ainda trabalhou mais quando teria que realizar o diagnóstico da situação do Município e enviar os relatório ao Instituto de como as atividades estavam se realizando após a implantação do Programa. O setor privado realizou mudanças na organização escolar e municipal introduzindo uma forma própria de gestão, que não levava em consideração os processos democráticos de educação, já que suas orientações deveriam ser seguidas pelo setor público.

No caso de Santarém, ocorreu uma análise do Programa Gestão Nota 10 (PGN10) desenvolvido pelo Instituto e

É específico para as equipes da Secretaria de Educação e para os diretores de escolas. É, sobretudo, por meio deste programa que vai se moldando o desenlace da política educacional, pois ele abrange tantos gestores que atuam no local de onde emanam as ordens para a organização do Sistema de ensino, quanto atua nas escolas do município, por meio de seus diretores (SOUSA, 2013, p. 243).

Sousa (2013) evidencia que, nessa parceria, o gestor escolar precisou centralizar as ações da escola sob sua responsabilidade, que, por sua vez, deveria seguir as ordens do superintendente do Programa, que fiscalizava a atuação da gestão escolar, a pedido da Secretaria Municipal de Educação. Há ainda a fiscalização dos representantes do Instituto que recebiam orientações diretamente de São Paulo – SP, sede do IAS. Esse ciclo de fiscalização era feito por meio dos materiais disponibilizados pelo Instituto, orientações, capacitações que determinam o que deve ser seguido como “certo ou errado” para a melhoria da gestão municipal.

Em Santarém, foi verificado o controle sobre o trabalho do professor que é cobrado pelo diretor da escola para que sua turma possuísse notas mais elevadas que as outras, promovendo, desse modo, a competição por notas entre professores e suas turmas que é tido como algo “saudável” nas orientações do IAS.

Os estudantes entravam num clima de competição desde cedo pela liderança e primeira colocação no *ranking*. Essa competição envolvia, ao mesmo tempo, as turmas da escola que disputam entre si e, dentro de cada turma, os estudantes parecem intentar sair melhor do que o colega de classe quando da aferição de suas notas. Esse fato nos fez refletir sobre a transformação do ambiente escolar num local de

concorrência parecido com o ambiente competitivo inerente à lógica mercantil, o que se distingue bastante de um local onde se deveria privilegiar o exercício da cidadania e da formação humana (SOUSA, 2013, p. 258-259).

Nesse Município, de acordo as pesquisas do autor, as parcerias já ocorriam desde o ano de 1997, o que era aceito como natural para a cultura educacional daquele lugar e a gestão proposta pelo Instituto era como se fosse indispensável para o fluxo da educação. O material usado pelos professores em sala de aula era enviado pelo Instituto, o que, segundo o discurso do mesmo, o uso correto do manual iria favorecer ou não o sucesso da escola que, nas palavras da Presidente do IAS, Viviane Senna Lalli ao falar de um dos programas desenvolvidos pelo Instituto que é similar ao desenvolvido em Santarém, na perspectiva dos manuais onde tais materiais seriam imprescindíveis nas parcerias ocupando lugar de pedra angular no processo de ensino aprendizagem.

O Programa assume a escola e os professores como são, reconhecendo suas potencialidades, bem como suas limitações e dificuldades. Por essa razão, desenvolve materiais voltados diretamente para o aluno. Esses materiais são fortemente estruturados, de maneira a assegurar que mesmo um professor inexperiente, ou com preparação insuficiente - como é o caso de muitos professores no Brasil - seja capaz de proporcionar ao aluno um programa de qualidade (LALLI, 2000, p.146).

Vera Maria Vidal Peroni que coordenou uma pesquisa nacional sobre a atuação do Instituto Ayrton Senna no Brasil, havendo um coordenador em cada região, realizou uma crítica a esse posicionamento da presidente do Instituto sobre a lógica concebida pelo IAS e deturpação do trabalho docente. Em análise de um dos Programas do Instituto Peroni (2009) desta que

O Programa deve ter um coordenador que gerencia as escolas, professores, supervisores e alunos. A capacitação da equipe local enfoca basicamente a sistemática operacional do Programa. O acompanhamento do trabalho dos professores ocorre por meio de visitas semanais do supervisor e participação dos professores em reuniões quinzenais para avaliação, troca de experiências e planejamento junto com outros professores, sempre acompanhados do supervisor. Ainda há os cursos à distância de capacitação para os professores. A procura por estas parcerias muitas vezes parte de um diagnóstico de que os professores não são capazes de planejar suas tarefas e por isso devem receber tudo pronto, como podemos verificar na argumentação de Viviane Senna (p. 154).

Tal crítica à lógica do IAS defendida pela Presidente tem relevância, na medida em que o discurso do setor privado é de desqualificação do setor público, por meio do quadro docente e que somente uma nova forma de trabalho adequada proposta pelo Instituto poderá solucionar os problemas educacionais, como no caso paraense analisado neste texto. Na lógica do IAS é necessário endeusar as virtudes do privado como ente portador de uma excelência superior a do setor público.

Em sua pesquisa empírica, Sousa (2013, p.257) questiona que

O discurso advindo do IAS é sempre no sentido de mostrar que o setor público com seus agentes (aqui sua artilharia é voltada para os professores) é incapaz, ineficiente e que precisa ser ensinado por quem tem as qualidades de “eficiência” e “efetividade” - como se arvoram.

Há o fato de uma pré-culpabilização dos professores pelos resultados obtidos pelas escolas, na parceria e esse discurso poderia estar sendo vendido nas formações dos professores ministradas pelo Instituto, como se estes tivessem a missão de ajudar o diretor escolar e assumir para si também a responsabilidade, como que se cada um fizesse sua parte todos sairiam ganhando. Destacamos que esse tipo de ideologia é típica do terceiro setor³ onde se enquadra o IAS.

A forma como as parcerias ocorrem com o Instituto Ayrton Senna são bastante similares, em todo o território nacional, onde atua e independente do Município ou região com suas diversas peculiaridades e entraves locais, a parceria será de sucesso se fizerem uso correto das metodologias salvacionistas do Instituto, segundo seus representantes.

Pojo (2014) revela que a parceria do Instituto com a Prefeitura Municipal de Benevides, assim como em outros exemplos pelo Brasil ocorreu pela pouca participação nas avaliações em larga escala, a exemplo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que vislumbram na parceria a alternativa para ultrapassar essa barreira e assim como nos exemplos anteriores de Altamira e Santarém aqui, também, não houve consulta às escolas para saberem se desejavam a parceria, mostrando assim a verticalização das ações onde a base (escola) apenas cumpre o que foi definido no âmbito da Secretaria de Educação, que precisa apresentar um retorno numérico a qualquer custo. É com o foco nos índices que muitos gestores municipais são encantados pelo canto do IAS que, inicialmente, não dá nenhuma garantia de resultado positivo como ocorreu em Benevides.

A defasagem idade-série não foi superada no município. A parceria com o IAS, cujos programas tinham isso como objetivo, não conseguiu apresentar registros do cumprimento da meta de 100% com alunos na faixa etária condizente com a série (POJO, 2014, p. 243).

Nesse município investigado por Pojo (2014), foram analisados os programas “Acelera Brasil e Se Liga” que, segundo a autora são direcionados para a correção de fluxo e distorção idade-ano o que levou além do monitoramento, cobranças diárias, perseguição aos índices nesse município o rigor ao cumprimento à risca da rotina prevista nos manuais do Instituto como forma de garantir eficiência do trabalho. A rotina era robotizada segundo a qual não se poderia fazer nada além do que estava planejado, similar a uma empresa que determina o que deve ser feito e seu principal foco é cumprir o que estava previsto, comum a qualquer empresa do mercado.

A atuação do IAS está assentada em numa concepção de ensino como um grande negócio, utilizando-se para tal, algumas das ferramentas da gestão gerencial dentre os quais citamos: controle das atividades dos professores, primazia pela utilização de números e pelos resultados, estabelecimento de metas, planejamento padronizado, e em consonância com os objetivos do IAS (POJO, 2014, p.236).

Aqui, o gestor escolar também ficou reduzido a cobrar metas diárias, semanais, mensais e anuais e preencher as planilhas de faltas e notas que seriam entregues ao IAS. O gestor ficou reduzido a cobrar dos professores o cumprimento dos manuais e sempre ser a ponte entre o Instituto e os professores. A responsabilidade do sucesso da parceria que é pautada na elevação dos índices é jogada sob os ombros do gestor, como se tudo dependesse de seu monitoramento no dia a dia. Entendo que o gestor é peça importante na escola por estar à frente das decisões da escola sob sua responsabilidade, mas no caso do IAS o gestor viria a passar a trabalhar de maneira “robótica”, sem autonomia no trabalho pedagógico e ainda é taxado como responsável pelos possíveis insucessos na parceria.

3 O 1º Setor seria o Estado (público); 2º setor que seria o Mercado (privado) e; 3º Setor não seria nem Estado nem Mercado funcionando como mediação entre os dois primeiros setores sendo estas as três vias de “organizar a provisão de serviços e atividades que envolvem externalidades positivas importantes e asseguram direitos sociais” (MORALES, 1998, p.16).

Considerações

Foi possível verificar que o IAS elenca o que seria parâmetro de referência de qualidade educacional, na esfera pública na qual a alternativa seria a parceria para se ter fermentos inteligentes, para ajudar o setor público a corrigir *déficits* de defasagem idade-ano, aprovação, reprovação e evasão e consequentemente os melhorar os índices dos municípios nas avaliações em larga escala e nas três experiências analisadas, o início da parceria é bastante similar porque apenas o gestor municipal decide pela parceria e se submete a todas as imposições do setor privado representado pelo Instituto quando na realidade deveria ser a situação inversa revelando assim que havia uma sujeição do público ao privado porque as três Prefeituras tinham que se adequar às exigências do IAS, tais como: envio de documentos para ser selecionado a desenvolver os programas do Instituto, apresentar um diagnóstico da realidade educacional municipal, disponibilização da estrutura física, usar exclusivamente o material do IAS, deixando de lado o planejamento que antes existia, entre outras questões.

Também é lícito afirmar que essa sujeição do público ao privado nas parcerias como o IAS se manifesta por meio da: a) Exigência de documentos por parte do privado para realizar a parceria; b) Seleção de quais representantes do setor público serão “beneficiados” com a parceria do IAS, como aconteceu em Altamira; c) Alteração na organização sistêmica do município com indicação do perfil de gestor pelo IAS; d) Alteração no trabalho do gestor escolar minimizado a preencher planilhas; e) Substituição do projeto político-pedagógico pelos manuais do IAS.

Na lógica empresarial, o gestor escolar vira alvo das ações do Instituto que deve atuar como agente centralizador das decisões na escola com controle do trabalho da comunidade escolar focalizando seguir os manuais do Instituto, mas sem autonomia no trabalho pedagógico porque precisaria cumprir o que os prepostos do Instituto dentro da escola pediam que eram, em grande parte, o preenchimento adequado das fichas semanais, quinzenais, mensais e anuais que subsidiariam os relatórios feitos pelo próprio IAS.

Destacamos também que as implicações para a gestão escolar não foram favoráveis, nos casos analisados porque modificou a rotina das escolas sem a pré-autorização das mesmas, visto que, tudo é decidido em esferas superiores e a escola só executa as decisões, além de que, uma das principais consequências negativas é a pouca democratização das relações que, após a parceria, restringem-se em cumprir o que fora estipulado de forma autoritária, dificultando assim o processo pedagógico que é liderado pelo gestor escolar junto com a comunidade escolar.

Essas parcerias eram celebradas dentro de gabinetes, onde os Prefeitos convidados pelo Instituto decidiam por assinar o Termo de Parceria com o discurso de que seria uma alternativa, para melhorar a situação de altas taxas de reprovação e evasão porque os governantes públicos precisam dar uma resposta à sociedade, mas na educação as propostas deveriam ser amplamente discutidas com a comunidade escolar que é onde as parcerias se materializavam. Uma das principais imposições do IAS era as relacionadas ao trabalho dos gestores escolares, que deveriam ser uma espécie de prepostos dentro da escola no cumprimento das orientações dos manuais, cobrando trabalho dos professores, preenchendo corretamente as planilhas de frequência e notas, além de estimular a competição no interior da escola em busca de melhores desempenhos.

Do conjunto das análises realizadas, identificamos o ideal neoliberal na educação pública paraense por meio do controle que o privado passou a ter sob o setor público introduzindo na educação básica a lógica perversa do mercado de trabalho com ideais falaciosos de meritocracia e autoresponsabilização dos alunos e professores pelo sucesso do trabalho pedagógico. Mais do isso ocorre a privatização do público de outra forma que não é a transferência do patrimônio e sim por meio da concepção de educação pública, que é parcialmente comprometida por esses ideais neoliberais entre os alunos que passam a não defender a coisa pública como direito de todos e almejam uma lógica egocêntrica do individualismo, o que consideramos ainda mais grave porque as formas atuais de privatização são silenciosas, criativas e com danos, a longo prazos irreversíveis num mundo cujas relações humanas inclusive por meio de políticas públicas são substituídas por performances com índices numéricos.

Referências

ARENDRT, Hannah. As esferas pública e privada. In: Arendt, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 10ª ed. – Rio de Janeiro. Forense universitária, 2007. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1130009/mod_resource/content/1/A%20condi%C3%A7%C3%A3o%20humana-%20Hannah%20Arendt.pdf. Acesso em 30 mar. 2020.

BRASIL. **Lei. nº 11.079/2004**. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Brasília, 2004.

FREITAS, L. C. **Os empresários e a política educacional**: como o proclamado direito à educação de qualidade é negado na prática pelos reformadores empresariais. *Geminal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 6, n. 1, p. 48-59, jun. 2014.

GOMES, Albiane Oliveira. **Da escola do plano ao plano de escola**: implicações do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE-Escola) na qualidade do ensino nas escolas municipais de São Luís/MA. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Pará. Belém, 2016. Disponível em: <http://ppgedufpa.com.br/arquivos/File/Albiane.pdf>. Acesso em 17 abr. 2020.

GUTIERRES, Dalva Valente Guimarães. **A municipalização do ensino no município de Altamira-PA e suas implicações para a democratização educacional**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação do Rio Grande do Sul (UFRS). Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/21368/000736846.pdf?...1>. Acesso em: 20 fev. 2020.

HATTEG, Morgana Domênica. **Escola Campeã**: estratégias de governamento e auto-regulação. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2007. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/1943/escola%20campea%20estrategias.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 fev. 2020.

INSTITUTO AYRTON SENNA. **Estatuto social**. São Paulo. 2016. Disponível em: https://institutoayrtonsenna.org.br/content/dam/institutoayrtonsenna/static_files/pdf/Estatuto-Social-Instituto-Ayrton-Senna.pdf. Acesso em 26 mar. 2020.

_____. **Nossa História**. Disponível em: <https://institutoayrtonsenna.org.br/pt-br.html>. Acesso em 31 mar. 2020.

LALLI, Viviane Senna. **O Programa Acelera Brasil**. Em Aberto. vol.17, n.71. Brasília: Ministério da Educação/Instituto Nacional de Pesquisa Educacionais, 2000. pp. 145-148. Disponível em: <http://rbepold.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2110/2079>. Acesso em 30 mar. 2020.

MENDES, Valdelaine da Rosa; PERONI, Vera Maria Vidal. **Estado, mercado e formas de privatização**: a influência dos *think tanks* na política educacional brasileira. *Revista Espaço Pedagógico*. v. 27, n. 1, Passo Fundo, p. 65-88, jan./abr. 202. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/10575/114115129>. Acesso em 30 mar. 2020.

MORALES, Carlos Antonio. **Nem privado nem estatal**: em busca de uma nova estratégia para a provisão de serviços públicos. *Revista do Serviço Público*. Ed. ENAP: Brasília, 1998: Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/402/409>. Acesso em 17 abr. 2020.

PERONI, Vera Maria Vidal. **As parcerias público-privadas na educação e as desigualdades sociais**. *Cadernos de Pesquisa Pensamento educacional*. nº 7. Programa de pós-graduação

Universidade Tuiuti, Curitiba PR, 2009. Disponível em: http://universidadetuiuti.utp.br/Cadernos_de_Pesquisa/pdfs/cad_pesq7/9_as_parcerias_publico_cp7.pdf. Acesso em: 30 mar. 2020.

POJO, Oneide Campos. **A parceria público-privada do Instituto Ayrton Senna e a prefeitura municipal de Benevides – PA: entre os desafios (pro)postos e os limites da realidade.** Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Pará. Belém, 2013. Disponível em: http://ppgedufpa.com.br/bv/arquivos/File/d14_oneide-pojo.pdf. Acesso em: 28 mar. 2020.

Robertson, S. Verger, A. **A origem das parcerias público-privada na governança global da educação.** Educ. Soc. vol.33 no.121 Campinas Oct./Dec. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v33n121/a12v33n121.pdf>. Acesso em 29 mar. 2020.

SOUSA, Walter Lopes. **O Programa Gestão Nota 10 do Instituto Ayrton Senna e a educação em Santarém – PA.** Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Pará. Belém, 2013. Disponível em: http://ppgedufpa.com.br/bv/arquivos/File/walter_tese2013_pdf.pdf. Acesso em: 19 fev. 2020.

VALE, Cassio. **Subsunção do público ao privado na educação paraense.** 2017. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5426999.

Recebido em 28 de maio de 2020.

Aceito em 15 de abril de 2021.